

Artigos

“Terceiro Elemento” e “Evocação Lateral”: um ensaio sobre os conectivos

“Third Element” and “Lateral Evocation”: An Essay on Connectives

João Carlos Catellan*

RESUMO

As conjunções tradicionais (conectivos) já foram consideradas como responsáveis pelo estabelecimento das relações de sentido entre as orações que conectam, no mais das vezes, ignorando a relevância do co-texto (intradiscurso) para a produção do efeito. Da mesma maneira, também já se considerou que a relação de sentido produzida dependia apenas dos fragmentos/orações articulados entre si, neste caso, à revelia de suporte “implícito” (interdiscursivo) que funciona como premissa ideológica para a articulação. Com este ensaio, pretendo, considerando como suporte teórico a Análise de Discurso de linha francesa, colocar estas concepções em xeque e sustentar a hipótese de que, paralelamente a um conectivo específico e ao “conteúdo” das orações encadeadas, o que garante a articulação entre elas e a produção do efeito resultante se ancora sobre o que Michel Pêcheux (1995), pautado em Frege, designa como Terceiro Elemento ou Evocação Lateral, de cuja percepção resulta um ganho sobre a compreensão do funcionamento dos conectivos em geral e, sobretudo, do acesso a primados ideológicos que constituem uma determinada sociedade.

Palavras-chave: discurso; conectivos; intradiscurso; interdiscurso; evocação lateral

*Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. Cascavel, Paraná, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-7838-5284>. E-mail: jcc.cattelan@gmail.com.

ABSTRACT

Conjunctions (connectives) have been seen as being responsible for establishing meaning relationships between the clauses they connect, but the importance of the co-text (intradiscourse) in the effect they produce has often been ignored. Similarly, it has also been suggested that the relationship of the meaning produced by them depended only on the articulated fragments/sentences, without the “implicit” (interdiscursive) support that functions as an ideological premise for the articulation. This paper uses French Discourse Analysis to challenge such notions and to support the hypothesis that both the connectives and the co-text of the linked fragments/sentences are key to establish the articulation between them. The effect that such articulation produces is anchored in what Michel Pêcheux (1995), based on Frege, refers to as the Third Element or Lateral Evocation, whose identification results in a better understanding of how connectives work in general and, above all, in access to the ideological underpinnings of a given society.

Keywords: *discourse; connectives; intradiscourse; interdiscourse; lateral evocation*

1. Considerações Iniciais

Em aula sobre orações coordenadas, o assunto eram as conclusivas, cujo conectivo canônico é “portanto”. Após explicação, exemplos e exercícios, os alunos deveriam produzir alguns casos. Dentre eles, o de um aluno ainda se faz presente: “Estamos no final do ano, portanto devemos estudar”. As reações foram variadas: houve quem risse, permanecesse impassível, tecesse críticas, estranhasse as reações... neste caso, encontrava-se o autor do enunciado. Mas onde estaria a causa das reações? Não era a afirmação sobre estar no final do ano, porque era novembro. E não era sobre dever estudar, tida como a decisão acertada. O motor não provinha de B, “Estamos no final do ano”, ou de C, “devemos estudar”, mas do amparo prévio que, à sombra, autorizava a articulação conclusiva, que poderia ser explicitada com A, “Deve-se estudar apenas no final do ano”. O funcionamento da relação conclusiva aponta, portanto, para uma espécie de regra que define que, dado B pautado em A, pode-se concluir C.

O caso apresentado permite construir a hipótese de que, nas relações de conclusão, há um discurso prévio A que permite que de B se derive C, sendo A o motivo das reações, que foram da impassibilidade (o que já é um

sintoma) às críticas e ao estranhamento do aluno, que mais parecia ingênuo do que cínico. Construída a hipótese, a pergunta é se este funcionamento se aplicaria a todos os conectivos ou conjunções, já que, para Pêcheux (1993, p. 77), “o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria prima” e que “isto supõe que *é impossível analisar um discurso como um texto*, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma” (p. 79), devendo-se buscar suas premissas.

Pretendo testar esta hipótese nas relações coordenativas¹, observando, sobretudo, o papel que os conectivos desempenham no tocante ao restabelecimento de premissas que sustentam a articulação do discurso, tornando-o razoável/aceitável. Ou seja: busco verificar se, dado B e pautado em A, o locutor está autorizado a produzir a inferência C que realiza, valendo-se da recuperação de um primado ideológico que cruza interdiscursivamente o enunciado e determina a matriz de sentido que o condiciona, embora não saiba disso.

Deixo um alerta: nem sempre o conectivo tido como canonicamente possuindo uma função cumpre o seu papel, migrando para relações de sentido desempenhadas por outros e é crucial então considerar o co-texto ou intradiscorso para a detecção do efeito de sentido. Outras vezes, não se pode afirmar categoricamente que tipo de relação é criada por um conectivo, parecendo que flutua entre uma e outra e permite, até, que ambas sejam aceitáveis. Além disso, é possível pleitear que alguns gozam de maior preferência, o que dificulta um pouco a testagem da hipótese geral e o objetivo deste estudo. Espero poder realizá-lo adequadamente.

2. Breve Aporte Teórico

Constituo um breve pano de fundo teórico para alicerçar as reflexões. De imediato, recorro ao pleito de Michel Pêcheux de 1973 (2011, p. 219) em que, ao estabelecer a “relação entre a teoria do discurso e a análise linguística”, afirma que não se pode ignorar, tendo-se a linguagem como constituída por processos discursivos, que “estamos necessariamente frente a um material de natureza verbal que tem propriedades ligadas ao tempo do discurso, portanto, nem ao tempo histórico, nem ao tempo da realização”,

1. Este estudo foi feito inicialmente sobre todos os conectivos coordenativos e subordinativos, mas, em virtude do espaço destinado à publicação, optei por dedicar a discussão no momento apenas aos de coordenação.

embora estes fatores sejam relevantes, pois fazem parte da enunciação, considerada como a produção do enunciado.

O pleito de Pêcheux impõe que a análise de discursos deve considerar a materialidade verbal de que são constituídos, pois é por meio dela que o sentido é produzido, em geral, gerando mais efeitos do que o sujeito pretende, pois ele não tem o controle absoluto do dizer e, na sua “voz”, outras “vozes” ocorrem, apontando para “o problema da relação sintática entre o pré-construído e o construído, isto é, entre o que não é ainda assertado (pré-assertado, suscetível de asserção) e o mecanismo de asserção e de modalização no interior do discurso” (1973, p. 219). Embora de outro horizonte teórico, Eco (1993, p. 28), em consonância com Pêcheux, afirma que “as palavras trazidas pelo autor são um conjunto um tanto embaraçoso de evidências materiais que o leitor não pode deixar passar em silêncio, nem em barulho”. Volto-me, pois, também para o intradiscurso, sobre os conectivos coordenativos.

Consoante Pêcheux (1995, p. 288), no interior do Materialismo Histórico, “trata-se de começar a formular as condições conceptuais que permitem analisar cientificamente o suporte linguístico do funcionamento dos aparelhos ideológicos de Estado”. Dada a sua formação filosófica, é compreensível que, na constituição da teoria do discurso, articulada sobre o Materialismo Histórico, a Linguística e a Psicanálise, estas recebessem menor investimento, ficando pendentes a relação do sujeito com o inconsciente e a ideologia e “o lugar de constituição do que chamamos o *imaginário linguístico* (corpo verbal)” (p. 177), no que pretendo contribuir com o estudo dos conectivos coordenativos, pois, deles, pode-se “tirar as consequências linguísticas do fato de que ‘o não-dito’ precede e domina a asserção” (p. 291).

Estabelecida a necessidade de reflexão sobre a materialidade verbal do discurso, há que se fazer escolhas sobre o recurso a ser estudado, pois, consoante postulado de 1982 de Pêcheux (2011, p. 56), “a linguagem é irreduzível a uma ordem homogênea, já que é capaz de modalização, de predicação sobre o predicado e de desnivelção enunciativa, de jogo de substitutos e de deslocamentos de referências, deformando sem cessar suas próprias construções” e remetendo à miríade de fenômenos que constituem uma língua. O que é possível selecionar é qual será observado, mantendo, enquanto foco de análise, o horizonte teórico, neste caso, da Análise de Discurso de linha francesa inspirada em Michel Pêcheux.

Aceitando o postulado do filósofo francês ([1982]2011, p. 64) de que a linguagem “entra em uma relação específica com o real e o imaginário, determinando a subjetividade como efeito da interpelação de que o sujeito é o lugar, pelo viés da identificação”, pretendo verificar se esta premissa é sustentável nas conjunções coordenativas, com a hipótese de que a articulação entre “orações” ocorre sob a determinação de um discurso anterior que atravessa a materialidade verbal, mostrando que o não-dito (implícito) precede e domina a asserção.

Assumida a interpelação do sujeito pela ideologia, deve-se perceber que discursos prévios habitam o discurso, dando acesso a primados ideológicos anteriores e exteriores que revelam os pactos que capturam o sujeito sem que perceba, o que ocorre também no caso dos conectivos, cuja observação enquanto “fenômenos interfrásticos”, para Pêcheux ([1973]2011, p. 228), “abre perspectivas concretas de uma linguística das sequências discursivas, indispensável para o estudo disso que a análise do discurso caracteriza como intradiscurso”.

Considero, ainda, a tese de Courtine (2006, p. 26) de que “é conveniente rescentralizar o trabalho de descrição sobre o ‘fio do discurso’ e analisar a linearidade da cadeia a partir de uma *pluralidade de funcionamento* (reformulações parafrásticas, mas também... ‘polifonia’ dos locutores)”, que parece fundamental no caso das conjunções, porque nelas se detecta a presença de um discurso anterior que determina a articulação e aponta, conforme Ducrot (1987, p. 182), “a existência para certos enunciados, de uma pluralidade de responsáveis, dados como distintos e irreduzíveis”, quebrando a unicidade do sujeito psicológico e mostrando que o locutor é clivado por enunciadores, cuja “enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras”.

Considerando o sujeito como constituído pela ideologia, de cujo processo resulta a identificação com o tecido social, busco verificar como (e se) isso ocorre no caso dos coordenativos, partindo da hipótese de que a articulação de enunciados por meio do seu uso se sustenta num discurso anterior (o interdiscurso) que define a organização da materialidade verbal (o intradiscurso), dando acesso a premissas ideológicas de constituição da subjetividade. No limite, o objetivo é somente alertar que a mobilização das conjunções não se restringe a uma operação lógica ou retórica, mas se subordina a determinações ideológicas de uma formação social que “se

sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico” (Pêcheux, 1995, p. 302).

3. Uma Nota Breve sobre os Conectivos

Na Gramática Tradicional, constata-se que os conectivos são concebidos como conjunções, no sentido de serem recursos de formação de conjuntos entre orações articuladas para estabelecer relações de sentido: de adição, de contradição, de temporalidade, de concessão, de condição, e assim sucessivamente. Pautada numa concepção lógico-semântica, essas relações obedeceriam a leis do pensamento e a contraparte linguística as construiria de forma coerente por homologia entre pensar e falar, em que o segundo se subordina ao primeiro. Sob esta ótica, cuja premissa é a racionalidade do pensamento, o falante deveria articular a fala com o que determina o pensar, encadeando as orações de forma a não criar um desequilíbrio lógico.

Sob o ponto de vista da Pragmática/Retórica, o recurso aos operadores discursivos ocorre sob a determinação da intencionalidade do locutor de conduzir o interlocutor a certas conclusões, impedindo outras. Alicerçado nesta premissa, este horizonte teórico considera o sujeito como controlando o que diz e a cada etapa lançando mão do ingrediente que preenche o propósito perseguido. Dada a meta pretendida, o locutor selecionaria a operação verbal que atende à sua intenção, visando levar o outro para uma conclusão. Se, antes, a seleção de um conectivo é feita por fatores de ordem lógica, neste caso, ela acontece em face da intenção do falante.

Uma terceira forma de teorizar os conectivos provém da Linguística Textual que, considerando o texto como unidade de sentido numa situação comunicativa, resultante de um encadeamento de sequências verbais, coloca o foco de observação sobre uma unidade de estudo maior; não mais a articulação lógica de orações ou a junção intencional de argumentos, mas a concatenação de enunciados em busca de uma totalidade de significação maior.

Esta apresentação sumária de três pontos de vista tem o objetivo de situar, por confrontação, o terreno onde a Análise de Discurso se encontra, concebendo os conectivos como ingredientes que, além de estabelecerem relações de sentido entre segmentos, materializam efeitos derivados de articulações pautadas em horizontes ideológicos que remontam condicionantes

históricos e fazem ressoar discursos prévios em que o sujeito se sustenta, em geral, de forma inconsciente, revelando pactos sociais que o atravessam e condicionam. Pretendo sustentar esta tese como sendo o tipo de funcionamento que abarca os conectivos coordenativos.

Sobre os Conectivos Aditivos

Sobre as eleições presidenciais na Venezuela, em 2024, em relação às discussões sobre a lisura do processo eleitoral, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em entrevista ao UOL, publicada na coluna de Guilherme Amado, em 31/07/2024, afirmou²:

– Na minha opinião pessoal - eu não falo pelo governo - [a Venezuela] não se configura como uma democracia. Muito pelo contrário. Um regime democrático pressupõe que as eleições são livres, pressupõe que os sistemas são transparentes, pressupõe que não há nenhuma tentativa de perseguição política ou tentativa de inviabilizar que os diferentes segmentos da sociedade, que legitimamente têm o direito de pleitear e chegar ao poder, venham a sofrer qualquer tipo de constrangimento ou impedimento.

Assumindo que, embora faça parte do governo, a sua “opinião pessoal” difere da dele, a ministra assevera que a Venezuela não é “uma democracia”, tese que ancora em afirmações oriundas de discurso prévio: “um regime democrático pressupõe” eleições livres, sistemas transparentes, inexistência de perseguição política, de constrangimento e de impedimento e acesso ao poder, exigências que não teriam sido atendidas na eleição venezuelana. Pautada numa concepção ideológica de democracia, um já-lá a antecede, a ministra sustenta o que a democracia exigiria e não teria ocorrido na Venezuela. Importa reter que as flexões verbais *pressupõe* mantêm entre si uma relação aditiva caracterizada como paralelismo sintático e que o conectivo *ou* é inclusivo, em que pese não haver aditivo explícito, fenômeno referido como assindetismo. Deve-se perceber que a adição ocorre entre “argumentos” de evocações laterais que antecedem a ministra e autorizam que a relação aditiva aconteça sem ser incongruente.

Pode-se explicitar um pouco mais porque a relação aditiva, para além da materialidade verbal que a constitui, ancora-se sobre terceiros elementos

2. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/07/31/marina-silva-destoa-de-lula-e-diz-que-venezuela-nao-e-democracia.htm>. Consultado em: 31/07/2024.

em relação ao que caracterizaria um estado democrático e cujos ditames precedem a ministra e autorizam o que defende, embora busque se resguardar e ao governo de que faz parte, assumindo ser uma “opinião pessoal”, o que é o caso sobre a Venezuela, mas não em relação ao discurso prévio, que a determina. Ela não pode proferir outro julgamento à luz dos terceiros elementos que lhe dão suporte.

A tese anterior pode ser assim descrita: a democracia deve ter a) eleições livres, b) sistemas transparentes, c) sem perseguição política, d) sem constrangimento, e) sem impedimento f) e acesso ao poder, com o dever de constituir uma somatória entre eles. Eis os requisitos exigidos de uma democracia; nem melhores, nem piores; apenas ideologicamente marcados. Estes são os terceiros elementos que autorizam as relações aditivas da ministra, pois um discurso prévio a autoriza e a constrange a conduzir-se de modo “adequado”. Não é a ministra que define *ad hoc* o que uma democracia pressupõe, mas relações sociais, políticas, jurídicas e históricas que a precederam e determinaram uma forma de concepção de regime democrático, autorizando que a ministra os reúna em conjunto para afirmar que a Venezuela seria uma ditadura. Deve-se perceber, em paralelo, a defesa de que o Brasil, ao contrário, seria uma democracia, apesar de nem sempre todas as exigências serem atendidas, o que não vem ao caso para a participante de um governo de esquerda que se assume democrático, dadas as injunções que a cooptam.

É preciso ressaltar que, embora o discurso da ministra pareça autosuficiente e se pautar numa lógica interna ao enunciado, os “argumentos” são oriundos de um discurso ideologicamente determinado que permite a adição em defesa da tese; se algum deles não ocorresse, o discurso não o citaria sob pena de criar uma contradição ideológica, ou o discurso sequer seria produzido, pois a relação aditiva não seria sancionada. Dito de outro modo, com a/f, a ministra pode sustentar um ponto de vista e um raciocínio que não é lógico, mas ideológico; ou, ainda: se há “lógica” neste caso, o seu sustento é ideológico e entimemático, pois se acha sustentado em evocações laterais e não internas ao enunciado; a lógica aqui é simulada.

Para fechar: os pleitos a/f são pré-construídos ideológicos que determinam o trajeto discursivo que a ministra pode percorrer com evocações laterais e terceiros elementos que, explícitos neste caso, provêm do exterior e orientam o encadeamento, alimentando uma certa idealização sobre o Brasil e países onde a/f seriam contemplados; mérito aqui, demérito ali,

pois a cada afirmação se percebe uma negação em relação à Venezuela. E a ministra afirmar que não fala pelo governo, como denegação indesejada, aponta para alguma dissensão palaciana em relação à Venezuela ser o que ela afirma que é ou em relação ao Brasil ser o que ela desejaria que fosse. O que resta, pois, é que o discurso da ministra só pode assumir o que sustenta, porque se ancora em pré-construídos antecedentes que, como evocação lateral, autorizam as relações aditivas sobre o que o seria uma democracia ou um regime autoritário.

Sobre os Conectivos Adversativos

Durante a *Volleyball Nations League* (VNL) de 2024, no jogo entre o Brasil e a Polônia ainda na fase de classificação de grupos, em face de uma jogada surpreendente por parte do jogador Lucas Bergmann, o comentarista afirmou:

– É um garoto de apenas 20 anos e sem experiência em jogo deste porte, **mas** fez uma temporada excepcional pelo Sesi.

Contra ter “apenas 20 anos” e “sem experiência em” certos jogos, pesa a favor do jogador ter feito “uma temporada excepcional”, o que explica o desempenho e ter sido convocado para a seleção. Mas o comentário é afetado pelo estranhamento ante a idade e a inexperiência, que deveriam impor uma habilidade menor. Tudo se passa como se fosse necessário explicitar os segmentos unidos pelo *e*, para rechaçar a conclusão “obvia” por meio do *mas*, negando que a juventude e a inexperiência deveriam conduzir à inferência de que, no caso de Bergmann, elas depõem contra ele, embora sejam um princípio válido em outros casos. Contra a idade e a inexperiência deverem impor a conclusão de incompetência, premissa que fica à sombra, o enunciado nega a inferência e a rejeita por meio do conectivo adversativo/contrajuntivo.

Reconstruo a articulação que preside o discurso para trazer à tona a evocação lateral que ancora o enunciado. Com 1, “É um garoto de apenas 20 anos”, o narrador, “antevendo” a conclusão de que o jogador não seria competente, dada a pouca idade, atenta para ela com a meta de negar a inferência prevista ideologicamente. A contrajunção ocorre para poder negar o “silogismo” que a antecede: A) a pouca idade é uma propriedade negativa; B) Lucas é um garoto de 20 anos; C) ele não pode ser bom jogador, articu-

lação que se pauta sobre A e B para inferir C. É este fio discursivo pautado ideologicamente que o narrador tem em conta para efetuar a contrajunção. Não se pode ignorar que o demérito da pouca idade, neste caso, no que tange ao esporte, aplica-se a outros casos, pois não é só nesta atividade profissional que a depreciação ocorre. Em outros momentos, ela será justamente o requisito necessário.

Com 2, “sem experiência em jogo deste porte”, encabeçado pelo aditivo *e*, que tem um efeito conclusivo, pois 2 procede de 1, o narrador repete o movimento de 1, neste caso, com foco na experiência. Pressupondo a evocação lateral de A, “pouca experiência em jogos de certo porte leva a baixo rendimento”, prepara o terreno para a depreciação de Lucas ser negada via contrajunção. Dado A e B, espectador e narrador, via de regra, seriam levados a concluir C: a falta de habilidade do jogador. O que permite passar de B a C pautando-se em A ocorre sobre a evocação lateral implícita e a cumplicidade de identificação, valendo-se da retomada que, como já-lá, define o que esperar do jovem e de alguém sem experiência, instituindo uma previsão sobre o mundo, no mais das vezes, cristalizando um sentido, à revelia da realidade.

Alcanço o caso do adversativo *mas* que encabeça o terceiro segmento. É preciso perceber que não há contradição que avalize o contrajuntivo entre “apenas 20 anos” e “sem experiência” e “fez uma temporada excepcional”, dado que a celeuma se tece sobre os implícitos que ancoram 1 e 2. O movimento discursivo que autoriza o contrajuntivo não tem a ver centralmente com *ter 20 anos* ou *não ter experiência*, mas com inferências ideologicamente marcadas que impõem o que cada caso simboliza. Tudo se passa ao modo do *como se*, como se, dado B, fosse possível afirmar C, pautado em A. A contrajunção, por isso, rechaça terceiros elementos ideológicos, impedindo a aplicação de uma “regra” a um caso, mas, com efeito de ressalva, não impede que sejam aplicados a outros casos; o movimento produz breve fissura em crenças solidificadas, mas, por negá-las, torna-as mais empedernidas. Bergmann só provoca surpresa por ultrapassar previsões já validadas. Penso ter conseguido mostrar que o uso da contrajunção se pauta em evocações laterais ou terceiros elementos que a antecedem e dão acesso a premissas ideológicas que constituem uma sociedade, neste caso, em relação à juventude e à pouca experiência.

Considerando os casos acima, pode-se postular um funcionamento que diferencia os conectivos aditivos (conjunção) e os adversativos (contrajun-

ção): enquanto os primeiros retomam de forma explícita os pré-construídos em favor de um ponto de vista, os segundos os mantêm à sombra, dando acesso implicitamente às premissas ideológicas que entretecem fatos e propriedades com inferências, mantendo pressupostos e, de certa forma, impensados os seus fundamentos. Porém, num caso ou noutro, os amparos da discursividade não são produzidos *ad hoc*, mas discursos prévios que fornecem evocações laterais e terceiros elementos, dando acesso aos pactos com um acordo histórico estatuído antes e em outro lugar.

Sobre os Conectivos Alternativos

No caso da venda de joias enquanto Bolsonaro ocupava a presidência, tornou-se tema de debate Lula ter ficado com presentes de quando ocupava o cargo, como um relógio Cartier. Sobre a imposição ou não da devolução, Josias de Souza, em 07/08/2024, em coluna do UOL, escreveu “Surge um lugar onde Bolsonaro sonha com a companhia de Lula”³; eis uma parte:

Provocados pela representação de um deputado bolsonarista, os nove ministros do TCU terão que decidir em sessão marcada para esta quinta-feira se obrigam Lula a devolver o relógio **ou** avalizam parecer técnico segundo o qual a regra de 2016 não pode ser aplicada retroativamente.

A “representação” se ancora na premissa de que, se Bolsonaro deve devolver os presentes que recebeu, o mesmo deveria acontecer com Lula, já que os objetos são de alto valor e não de cunho “personalíssimo”, devolução que aconteceria à revelia do “parecer técnico” de 2016 que determina que a regra “não pode ser aplicada retroativamente”. O uso do *ou* alternativo, que estabelece a exclusão de uma das opções, mostra que o “deputado” e o “TCU” estão ancorados em duas premissas distintas: uma se pauta na aplicação peremptória de um primado, à revelia de determinações jurídicas; outra se sustenta na historicidade legal de que a sanção ocorre sob os ditames da lei. Os pontos de vista são excludentes e atravessados por relações prévias que os tornam irreconciliáveis, impondo uma opção em detrimento da outra.

Josias de Souza articula o discurso sobre fatos apenas indiciados: “pela representação de um deputado bolsonarista”, “ministros do TCU”, “sessão

3. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/josias-de-souza/2024/08/07/surge-um-lugar-onde-bolsonaro-sonha-com-a-companhia-de-lula.htm>. Consultado em 09/08/2024.

marcada”, “devolver o relógio”, “parecer técnico”, “regra de 2026” e “retroativamente”, cabendo ao leitor suprir as lacunas e implícitos, sob pena de não compreender os efeitos de sentido buscados. Cada um dos pré-construídos deve ser deslindado por aquele que lê, o que mostra que o discurso exige um trabalho cooperativo e de decifração pautado em saber prévio que retoma a vida histórica, social e jurídica (neste caso), pois eles abrem as portas para a compreensão da mobilização e do funcionamento disjuntivo do conectivo alternativo *ou* colocado entre duas opções encabeçadas pelo condicional *se*.

De um lado, há a “representação de um deputado bolsonarista” que, partidário do ex-presidente, demanda que o TCU, porque determinou que Bolsonaro devolvesse joias vendidas, tenha esta atitude em relação a Lula, que ficou com um relógio, ao sair da presidência. À revelia da lei (o que é um modo de emitir um juízo sobre o reclamante), o parlamentar requer a devolução *do* relógio, pré-construído definido que demanda saber prévio sobre *o* objeto. O deputado defende a mesma medida para dois atos, em tese, idênticos, porque os mandatários teriam tido a mesma atitude. O fundamento da representação, se atendida, ocorreria ao arrepio da historicidade legal, ignorando a lei e se deixando conduzir por uma demanda política. É a defesa da equiparação que sustenta a primeira alternativa, mesmo não havendo preceito legal como suporte. Percebe-se, portanto, a necessidade de conhecimento histórico, político e legal para processar o efeito de sentido da demanda, sobretudo em relação a pendengas ideológicas que estão em jogo, com o intuito de salvaguardar a atividade ilegal de determinado político.

Do outro, há um “parecer técnico” de 2016, cuja escolha não importaria a alternativa da devolução, uma vez que, anteriormente à data, não havia uma regra que mandasse que presentes de cunho não personalíssimo deveriam ser integrados à posse da união, podendo ficar com o presenteado. Neste caso, é preciso saber que Lula deixou o governo em 2010 e a regra foi criada seis anos depois, não tendo o presidente cometido ato ilícito. O TCU, se escolhesse a segunda via, estaria agindo com amparo legal, o que é desejável; se optasse pela primeira, estaria ignorando a lei e dando razão a quem atuou em desacordo com ela. Não faltou quem defendesse que, se o TCU não fosse partidário de uma ideologia, faria Lula devolver o relógio, não porque seria equânime em relação a pessoas diferentes, mas porque cumpriria o objetivo de dar guarida a quem agiu ao arrepio da lei e se apoderou do que não era seu. Deve-se perceber que as alternativas não se pautam em critérios puramente co-textuais, mas exigem a retomada de

evocações laterais que, como terceiros elementos, provocam o retorno de implícitos e discursos prévios.

Sobre os Conectivos Conclusivos

No portal da UOL, na sessão UOL Notícias, em 12/08/2024, Carolina Brígido publicou um artigo sobre o acidente aéreo da Voepass em Vinhedo, com a manchete: “O que era prioridade ficou mais urgente”, diz Barroso. Na entrevista com o ministro, foi abordado o processo que trata de acidentes aéreos no país e o enunciado transcrito a seguir faz parte da matéria⁴.

Barroso explicou que o processo já era considerado como prioridade pela presidência do STF. Agora, se transformou em urgência. ‘Desde o início da gestão, o processo foi incluído em pauta diversas vezes e não foi julgado. Diante do acidente, o que já era prioridade para pauta da Presidência, se tornou urgente. **Daí porque**, com a concordância do relator, o processo foi incluído como primeiro item de pauta de quarta-feira’, disse o ministro.

Conforme o ministro, o processo *já* era uma “prioridade”, “foi incluído como pauta diversas vezes”, “não foi julgado” e o acidente o tornou “mais urgente”. Cabe notar a inconsistência entre ser prioridade e não ser votado e o uso do *já*, que salvaguarda o ministro de descaso. Cabe atentar também que a urgência do processo só ocorreu após 62 pessoas morrerem, agravando o que antes era apenas prioritário. Considerando que o último segmento é uma conclusão, que pode ser tido como independente e que o *porque* pode ser substituído por *portanto*, o último enunciado do ministro é uma inferência dedutível das causas que a provocam e é movida por fatores ideológicos que a impõem. A celeuma poderia ocorrer em torno de algo limítrofe dever acontecer para que atitudes resolutivas sejam tomadas.

A articulação do discurso do ministro parece ter a pretensão de criar a imagem de que, no seu caso, “desde o início da gestão”, a preocupação com os acidentes aéreos teria se tornado uma prioridade, o que cria, de pronto, uma fissura discursiva pautada na pressuposição de que, antes, apesar da dramaticidade desses eventos, a temática não teria recebido a atenção que merece, o que ele busca amenizar com o *já*. Afirmar que um

4. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/carolina-brigido/2024/08/12/o-que-era-prioridade-ficou-mais-urgente-diz-barroso-sobre-acidente-aereo.htm>. Consultado em 12/08/2024.

processo é prioritário é recuperar a evocação lateral A que determina que “o que é prioridade prepondera sobre outros temas”, o que vai de encontro ao discurso do ministro, que reconhece B, “a temática é crucial”, e C, “ela deveria ter sido julgada”, inferência que se imporia, mas é contradita pelo enunciado contrajuntivo “e não foi julgado”. Pode-se pleitear, portanto, um descompasso no discurso do ministro, pois o que era prioritário foi tratado como desimportante, foi protelado e não recebeu a devida atenção. O motor discursivo parece ser, desse modo, preservar uma imagem de si e da instituição que representa e não procurar a celeridade do que era prioritário.

A mesma reflexão pode ser feita sobre a urgência que o processo teria adquirido, pois, a partir da evocação do terceiro elemento A, “processo urgente deve se sobrepor a outros”, o ministro reconhece B, “o processo é urgente” e, por meio de *daí porque*, afirma a inferência injuntiva de que decidiu-se inserir o processo como “primeiro item de pauta”. Tudo parece acontecer de acordo com uma racionalidade considerada ajustada, não fosse não ter sido observada antes que um acidente dramático ocorresse. Fustigado pelas circunstâncias do acidente, o ministro não poderia ir a público assumir o retardo do STF com a problemática dos acidentes aéreas e é por isso que *prioridade e urgência* aparecem no intradiscorso, buscando preservar uma imagem positiva de si e da instituição que representa enquanto presidente. Porém, as evocações laterais que atravessam o discurso do ministro, por meio do entrelaçamento dos terceiros elementos que provocam, com os atos falhos ou lacunas que autorizam, indicam que a alegação de prioridade e urgência sobre o processo são subterfúgios débeis para não assumir um certo descaso com o processo, que só se tornou “*primeiro* tem de pauta” (grifo meu), porque dezenas de pessoas perderam a vida por descuido de uma empresa aérea. No limite, ter-se-ia que confirmar o ditado popular “é preciso alguém morrer para que algo seja feito”.

Sobre os Conectivos Explicativos

Em 13/10/2002, a Folha de São Paulo, no caderno Mais, publicou uma coluna do crítico Hans Ulrich Gumbrecht sobre a experiência estética e cuidados em relação à fruição do texto literário para não sufocar a interpretação mais adequada. As recomendações do docente foram tecidas em paralelismo

sintático, obedecendo à mesma estrutura (não fazer X, não porque X seja ruim, mas porque impede perceber Y)⁵. Dentre elas, destaco a que segue:

4. Não se concentre basicamente no que parece familiar no conteúdo de um texto - não **porque** deva haver necessariamente alguma coisa errada em algo que você ache familiar, mas apenas **porque** a capacidade de levar em conta a alteridade é o que faz a diferença que produz a experiência histórica.

O discurso parte da recomendação de que o leitor não se detenha “no que parece familiar” e a sustenta com dois “argumentos”: não porque haja algo errado no que “você ache familiar”, mas porque “levar em conta a alteridade é o que (...) produz a experiência histórica”. No primeiro caso, com a negação, o professor rejeita que haja algo errado em focar o que é familiar; no segundo, o professor rejeita que a leitura atente só para ele, porque a atividade impediria a experiência da alteridade. O que está em causa é a rejeição a uma atitude interpretativa em benefício de outra e as justificativas, mesmo construídas com o conectivo canônico causal *porque*, rememoram evocações laterais para justificar uma premissa teórica que surge como recomendação e não como consequência de uma causa.

O produtor do discurso recomenda injuntivamente que o leitor não se concentre só “no que parece familiar no conteúdo”, o que, se não justificado, poderia levá-lo a crer que a atitude é intrinsecamente perniciosa, dado que ele leva em conta o autor do discurso e “deduções permitidas por evocações laterais, como “focar no que é familiar é redutor” e, se o fizer, a leitura será empobrecedora. Antevendo o movimento discursivo do outro, que poderia tecer inferências indesejáveis, o autor apresenta as justificativas encabeçadas por *porque*, para colocar o leitor nos trilhos adequados, não inferindo o que não deve.

A primeira justificativa confronta o que seria a conclusão relativamente óbvia, afirmando que não há erro em dar atenção ao “que você ache familiar”, que, do ponto de vista do conteúdo do texto, parece criar uma contradição, já que avaliza o que acabou de ser negado. Porém, não há contradição, quando se considera que a justificativa pretende negar a conclusão do leitor, se a evocação lateral “concentrar-se no que parece familiar no conteúdo de um texto não é desejável” não fosse negada. Esta justificativa se destina, pois, ao gerenciamento de inferências do leitor, buscando impedir que seja

5. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1310200210.htm>. Consultado em 15/08/2024.

conduzido a inferências inaceitáveis, sustentando-se na premissa de que a busca do que é familiar no conteúdo seja demeritório.

O terceiro enunciado, por meio de “mas apenas”, contradiz haver equívoco no que é familiar, mas apresenta a justificativa para a injunção inicial: “a concentração no que parece familiar impede a alteridade”, que “produz a experiência histórica”. Ou seja, a negação do foco sobre o que é familiar se baseia numa premissa que legitima e autoriza a injunção de o leitor não trilhar só o caminho conhecido. Não haveria razão para sugerir injuntivamente essa atitude para o leitor, se o autor não a conhecesse e a explicitasse, negando uma prática de leitura redutora em benefício de outra, promotora de alteridade, experiência histórica e, por isso, de pluralidade e diversidade. Como se percebe, o discurso é alinhavado em torno de premissas que se chocam: uma, pautada na experiência narcísica do mundo, promove o fechamento para o desconhecido; a outra postula a alteridade, a convivência e a abertura para o que é estranho. Enfim, evocações laterais sustentam o discurso, seja sobre o leitor imaginado, sobre o que é recomendável em termos de leitura ou sobre uma atitude política de diversidade e pluralidade.

4. Considerações Finais

Pêcheux (1995) tematiza o enunciado, “embaraçoso” para Frege, sobre o caso de “Napoleão, que reconheceu o perigo para o seu flanco direito, comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga”, pois, para este, “ao que parece, aos pensamentos principais que exprimimos, relacionamos pensamentos secundários que, embora não expressos, são associados às nossas palavras” (p. 112). Ao lado das proposições “Napoleão percebeu o perigo” e “comandou a sua guarda”, haveria uma relação de causa e consequência entre perceber o perigo e fazer-lhe frente. Para Pêcheux (1995, p. 116), Frege teria se condenado “a dividir em dois espaços os domínios de sua reflexão: de um lado, a ‘composição’ dos pensamentos’ (...); de outro, *apenas* (...) uma adjunção extralógica de natureza *psicológica*” por causa das imperfeições das línguas naturais.

O filósofo tece a teorização em outros termos; para ele, a existência de um terceiro ingrediente “*baseia-se em alguma coisa fundamental que está em jogo antes*” (p. 117), que ele designa, retomando Paul Henry, como “*pré-construído*”: “uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado” (p. 99). Este

terceiro elemento é tratado como “efeito de sustentação, (sendo ele) que permite realizar a articulação entre as proposições constituintes” (p. 110). Este terceiro elemento “constitui a *evocação lateral* daquilo que se sabe a partir de outro lugar e que serve para pensar o objeto da proposição de base” (p. 111), oriundo do “retorno do saber no pensamento” (p. 111).

Os postulados de Pêcheux se aplicam a todos os conectivos trazidos para a discussão. Como no caso das relativas, fenômeno linguístico observado por Frege e por Pêcheux, as composições resultantes da articulação com conjunções coordenativas se ancoram em discursos prévios que devem ser retomados porque autorizam a conexão e, de certo modo, selecionam o conectivo conveniente. Em síntese, o emprego dos conectivos está ancorado em pré-construídos que definem a “razoabilidade” (ideológica) enunciativa e fornecem o lastro necessário para que a conexão estabelecida se faça aceitável discursivamente.

Para terminar, retomo a proposta de Bourdieu (1999, p. 70), que, seguindo Freud, designa como “anamnese”, relativa não à “aquisição de um simples saber, mas a que advém da reapropriação de um conhecimento, ao mesmo tempo possuído e perdido desde sempre”, tarefa factível também a partir da observação da conexão de enunciados, quando se buscam os pré-construídos que os selecionam, com isso, dando acesso a “um inconsciente coletivo e individual, traço incorporado de uma história coletiva e de uma história individual que impõe a todos os agentes (...) seu sistema de pressupostos imperativos” (p. 70). Deslindar o uso de um conectivo, tendo em consideração o intradiscurso e as evocações laterais, permite perceber os terceiros elementos que constituem pequenas parcelas do que somos e em que acreditamos

Agradecimento

Este estudo foi desenvolvido com financiamento da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA). Edital n° 023/2023-PRPPG.

Conflito de Interesse

O autor declara não ter qualquer conflito de interesse, em potencial, neste estudo e assume responsabilidade total pelo conteúdo do artigo.

Disponibilidade de Dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Referências

- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. Bertrand Brasil. (La Domination Masculine)
- Courtine, J-J (2006). *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. Tradução Nilton Milanez & Carlos Piovezani Filho. Claraluz. (Métamorphoses du Discours Politique: Dérives de la Parole Publique)
- Ducrot, O. (1987). *O dizer e o dito*. Revisão Técnica da Tradução Eduardo Guimarães. Pontes. (Le Dire e le Dit)
- Eco, U. (1993). *Interpretação e superinterpretação*. Tradução Martins Fontes. Martins Fontes. (Interpretation and Overinterpretation)
- Pêcheux, M. (1993). Análise automática do discurso (AAD-69). In F. Gadet, & T. Hak (Eds.). Tradução Bethânia Silva Mariani et. al. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Editora da Unicamp. (Sur l'Analyse Automatique du Discours: Introduction à la Lecture de Michel Pêcheux)
- Pêcheux, M. (1995). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi et.al., 2.ed. Editora da Unicamp. (Les Vérités de la Palice).
- Pêcheux, M. (2011). A aplicação dos conceitos da linguística para a melhoria das técnicas de análise de conteúdo. Tradução Solange Leda Gallo. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*, 2.ed. Pontes Editores. (L'Application des Concepts de la Linguistique à l'Amélioration des Techniques d'Analyse de Contenu).
- Pêcheux, M. (2011). Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em Psicologia. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*, 2.ed. Pontes Editores. (Remarques sur la Fonction de la Langue et du Symbolique en Psychologie)

Recebido em: 27.08.2024
Aprovado em: 26.05.2025

EDITORA GERAL: Marcia Veirano Pinto 